

**AS BASES SOCIAIS DAS NOVAS CENTRAIS SINDICAIS
BRASILEIRAS**

**THE SOCIAL BASIS OF THE NEW BRAZILIAN WORKERS'
UNIONS**

GALVÃO, ANDRÉIA; MARCELINO, PAULA; TROPIA, PATRÍCIA VIEIRA. AS BASES SOCIAIS DAS NOVAS CENTRAIS SINDICAIS BRASILEIRAS. CURITIBA: APPRIS, 2015.

POR

KAROLINA GUEDES DE OLIVEIRA¹

A obra, *As Bases Sociais das Novas Centrais Sindicais Brasileiras*, elaborada em coautoria pelas pesquisadoras: Paula Marcelino, Andréia Galvão e Patrícia Vieira Trópia, permitiu preencher uma lacuna histórica nas Ciências Sociais, com um estudo minucioso sobre as centrais sindicais. A obra é uma contribuição para a Sociologia, especificamente para a os estudos sobre o sindicalismo no Brasil. A pesquisa objetiva apresentar a reorganização do sindicalismo brasileiro após a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, em 2003. O contexto é marcado pela cisão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em correntes dissidentes que, por sua vez, formaram novas centrais sindicais. Assim, a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), a Intersindical, a Central de Trabalhadores

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil. E-mail: karolina.sociologia@gmail.com

e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) são centrais que surgem neste período. A pesquisa realizada pelas autoras permitiu traçar o perfil socioeconômico e político dos delegados e das centrais. Por meio de *surveys* aplicados em congressos, pôde-se delinear as concepções político-partidárias, as bandeiras de luta, o setor econômico predominante das centrais, a adesão e a crítica à estrutura sindical.

A CSP-Conlutas é criada em março de 2004, e abrange as correntes dissidentes da CUT, tais como: o MTS - Movimento por uma Tendência Socialista, ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e algumas correntes ligadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), são elas: o Movimento de Esquerda Socialista (MES), o Movimento Avançado Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). A central surge da crítica à vinculação da CUT ao governo Lula da Silva, os militantes destas correntes (MTS, MÊS, MAS e MTL) se opunham à participação em organismos tripartites criados pelo governo Lula para discutir as reformas da previdência, tributária, trabalhista e sindical.

A Intersindical foi criada em 2006 com o objetivo de retomar os princípios de fundação da CUT e com intuito de organizar os sindicatos para, a partir das bases, propor a criação de uma nova central. Em 2008, esta central se divide em duas, a Intersindical – instrumento de luta e organização da classe trabalhadora e a Intersindical – instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central. Nesta última é que foi realizada a pesquisa.

A CTB corresponde à antiga Corrente Sindical Classista (CSC), que, no período pós 1885, integra a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) permanecendo nesta até os anos de 1988. Na década de 1990, a CSC adere à CUT, a ruptura ocorre em 2006 e a criação da CTB, em 2007. A cisão entre a CSC e a direção majoritária da CUT deriva da defesa desta última da Convenção 87 da OIT. A convenção prevê a

adoção do pluralismo sindical e para os membros da CTB, a unicidade sindical é um princípio a ser defendido.

Quanto à UGT é criada oficialmente em 2007 e composta pela antiga CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), da CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores), a qual reúne setores do sindicalismo cristão e da SDS (Social Democracia Sindical), que consiste numa corrente dissidente da Força Sindical. A unificação das três centrais sindicais (CGT, CAT, SDS) corresponde a uma estratégia frente à lei de reconhecimento das centrais que postula um mínimo de representatividade para considerá-las como oficiais. O surgimento da UGT reflete as principais disputas dentro do movimento sindical, bem como as consequências da aliança traçada entre a CUT e a Força Sindical.

As duas centrais sindicais à esquerda no espectro político – CSP-Conlutas e Intesindical – são centrais sindicais socialistas, e a CTB reivindica-se comunista. Na CSP-Conlutas predomina a filiação raízes partidárias, concepções políticas, orientações sindicais e posicionamentos distintos. Estas se reivindicam socialistas ou comunistas (no caso da CTB), mas com táticas políticas diferentes. Na CSP-Conlutas predomina a filiação partidária ao PSTU e a orientação de ruptura com o governo federal. A Intersindical, vinculada de forma majoritária ao PSOL, estabelece uma relação de oposição e de crítica ao governo federal. Quanto a CTB, ela é amplamente marcada pelo PCdoB e pela política de aliança ao governo do PT com destaque a críticas pontuais ao governo. A UGT é bastante distinta das demais, é marcada por grande dispersão partidária, destacam-se as filiações ao PT, PV e PDT.

Com relação ao perfil socioeconômico e político-ideológico dos delegados das centrais, este considera as bandeiras de luta, as orientações políticas, a inserção no ramo produtivo. Os primeiros dados se referem ao gênero dos participantes. Nas quatro centrais é predominante o gênero

masculino com faixa etária de 41 a 50 anos, a segunda faixa etária, de 19 a 24 anos, prevalece na CSP-Conlutas. As mulheres apresentam maior percentual na Intersindical e os jovens na CSP-Conlutas.. A análise da autoidentificação mostra que autodeclararam-se negros 45,9% dos delegados da CSP-Conlutas, 38,5% dos delegados da Intersindical, 31,5% da CTB e 41,8% da UGT. Autodeclararam-se brancos 38,5% da CSP-Conlutas, 47,1% da Intersindical, 31,5% da CTB e 55,9% da UGT.

Os dados sobre o nível de escolaridade dos delegados mostram que o maior percentual está entre o superior incompleto e a pós-graduação, exceto na UGT na qual a maioria declara ter ensino médio completo. Estão entre o superior incompleto e pós-graduação 60,4% da CSP-Conlutas, 62,8% na Intersindical e 47,8% na CTB. Nas duas primeiras, o nível de escolaridade pode ser explicado pela predominância de funcionários públicos, enquanto que na CTB nota-se uma grande heterogeneidade de trabalhadores urbanos no setor privado, de trabalhadores rurais e de funcionários públicos.

Os delegados, na sua grande maioria e nas três centrais sindicais estão situados no setor da Educação e da Cultura, destacando que a Intersindical possui uma quantidade expressiva de bancários, e a CTB, cerca de 20,8% no setor agrícola. Na UGT há uma presença significativa de trabalhadores urbanos no setor de serviços e comércio. O setor industrial é minoritário nas quatro centrais, como também a pé baixa a presença de trabalhadores terceirizados. Pode-se concluir que há um crescimento significativo do sindicalismo no setor de serviços. Sobre a renda mensal dos delegados em percentual, correspondem a 41% da CSP-Conlutas e a 41,7% da CTB os que ganham até três salários mínimos. Ganham até cinco salários mínimos 64,5% da CSP-Conlutas, 73% da Intersindical, 65,3% da CTB e 63,3% da UGT.

A análise do perfil das entidades nos mostra que estão predominantemente situadas na região Sudeste. Os sindicatos e movimentos sociais na CSP-Conlutas estão de forma preponderante

nesta região, assim como a Intersindical. A CTB apresenta uma particularidade e está dividida entre a região Sudeste e Nordeste com maioria nesta última. Enquanto a CTB e a Intersindical são centrais exclusivamente sindicais, a CSP-Conlutas aglutina movimentos sociais e entidades sindicais. Segundo o perfil das entidades, 42,2% da CSP-Conlutas são do setor público, 34,8% representam movimentos sociais e 20,7% correspondem ao setor privado. Na Intersindical, a maioria dos delegados representa o setor público com 58%, e 23,3% o setor privado. Na CTB, a composição é bastante heterogênea com 33,9% no setor público, 37,2% no setor privado e 16,2% no setor privado rural. Nas três centrais sindicais observa-se que dentre as bandeiras de luta defendidas, sobressaem as questões relativas ao salário, direitos trabalhistas e previdenciários. Na UGT, 68,9% das entidades estão no setor privado e a bandeira que mais mobiliza a central refere-se às questões salariais.

A pesquisa versa também sobre a estrutura sindical brasileira, a reforma da previdência e as mudanças na CLT. Os dados acerca da unicidade sindical e das contribuições compulsórias nos mostram que na CTB são favoráveis à unicidade 84,1% dos delegados e 89,7% são favoráveis às contribuições compulsórias. Na Intersindical, correspondem a 60,8% e 34,2% dos delegados favoráveis em ambos os critérios. Na CSP-Conlutas os índices mostram que são 44,3% favoráveis e 46,1% contrários e somente 19,3% estão a favor da contribuição compulsória, sendo, portanto, uma minoria. Na UGT são favoráveis 82,7% dos delegados e 51% são contrários às alterações na CLT ou na previdência. Quanto à opinião sobre a necessidade de uma nova reforma da previdência e de mudanças na CLT, as três centrais sindicais, CSP-Conlutas, ICTB, Intersindical, defendem ampliar os direitos sociais e negam as reformas que podem trazer perdas aos trabalhadores.

Em suma, a obra oferece instrumentos caros à sociologia da ação sindical, suscita indagações a respeito do perfil político e ideológico, sobre as táticas e as bandeiras defendidas pelas centrais sindicais nos dias atuais. A análise quantitativa possibilita amparar novas pesquisas acerca das bases sociais e do sindicalismo no Brasil. Permite suprir uma lacuna frente à falta de dados sobre o movimento sindical brasileiro, especificamente sobre as novas centrais, que pela primeira vez tiveram suas bases analisadas.